

M. VIEGAS GUERREIRO

A PROPRIEDADE ENTRE OS BOCHIMANES  
DE ANGOLA



*SEPARATA DE*  
FINISTERRA. REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA  
Vol. I—1, LISBOA 1966.

LEGADO DO PROFESSOR  
MANUEL VIEGAS GUENREIRO

## A PROPRIEDADE ENTRE OS BOCHIMANES DE ANGOLA

O que aqui se escreve de Bochimanes, sem menção de lugar, há-de entender-se que sempre convém aos *!khũ* de Angola, ainda que possa aplicar-se aos que existem em outras regiões. Ê tendo continuamente em vista o que é válido para os angolanos que este escrito irá progredindo, o que aliás se conforma com o título que o designa.

A propriedade entre os povos chamados primitivos apresenta formas muito variadas e estrutura extremamente complexa. A estas dificuldades intrínsecas tem o leitor de juntar os deficientes meios de pesquisa a que se vê sujeito o investigador comum: utilização de intérpretes, tradução em língua portuguesa de ideias e conceitos estranhos à nossa cultura, atitude teòricamente correcta, na colheita, mas não isenta de desvios perturbadores. Tudo isto e o mais que se não diz é susceptível de conduzir a erros. Estas limitações cautelosas, que aqui se põem, dão alguma ideia do penoso caminho que tem de trilhar quem busca aproximar-se da *verdade*.

Os Bochimanes não têm muito que possuir, já que vivem quase exclusivamente da recollecção e da caça: nem campos, nem gado. Transitando continuamente de um a outro lugar, improvisando abrigos, que logo ficam sem a menor valia, também não têm casas. E com as técnicas rudimentares de que usam, escassíssima tem igualmente de ser a sua riqueza mobiliária.

Que possuem, então, os Bochimanes e de que modo o possuem? A mobilidade das pequenas sociedades bochimanes circunscreve-se a uma zona bem definida e anualmente sempre



a mesma. Semi-sedentários na estação das chuvas, levantam seus acampamentos pouco depois destas, para, de pouso em pouso, perto de água, peregrinarem durante a maior parte do ano. Nessa vida errante não excedem, porém, os limites da sua área e têm pela alheia um acentuado respeito. Liga-os um profundo affecto à região onde nasceram e, por muitas voltas que dêem, a ela regressam constantemente e nela constituem família, se podem. Um *kassekele* do Dirico referia-se, com grande emoção, à sua Chimbaranda, a que tinha tornado depois de permanência aventurosa no Sudoeste Africano, para onde não queria volver, apesar do desafogo económico de que lá desfrutaria. Angustia-os viver em meio estranho, o que parece resultar não tanto de receio de mal que lhe façam, quanto do desconhecimento em que daquele estão. E meio estranho é já o que com o seu confina. Ao passo que conhecem o nome de todos os sítios da sua zona, a árvore que dá mais frutos, o local onde se está a formar a raiz que hão-de comer, o arbusto de folhas medicinais que acolá prospera, e tudo num espaço enorme, pouco sabem da terra vizinha. E até mesmo quando lá casam e a visitam de tempos a tempos. Apesar de todos estes vínculos haverá neles viva, à nossa maneira, a consciência de que são donos da área que ocupam, de que são seus soberanos possuidores? Estaremos em presença de uma autêntica propriedade colectiva? Pode parecer-nos isso, do nosso ponto de vista, mas já aqui se ponderam os seguintes factos: se, por acaso, vêm a concorrer num mesmo ponto dois grupos distintos ou elementos deles, não brigam nem reivindicam direitos de posse o que está na sua área, antes busca outro lugar o último que chegou. Nas terras bravias por onde vagueiam os Bochimanes, colhem também os Negros, e livremente, os frutos da floresta e, a toda a extensão delas, estes e os Brancos se alongam nas suas expedições de caça. Os pastores cuanhamas cruzam-lhes todos os caminhos, na estação seca, em busca da água que mingua nos plainos salgados em que habitam. E tudo sem um queixume ou razão aduzida em favor de direitos exclusivos. Temor? Irremediável subserviência? Proveito tirado da accidental vizinhança? Ou natural despreocupação de quem não julga *seu* o que é um bem comum? Para esta última hipótese nos inclinamos: Gaua todo poderoso criou o céu e a terra e tudo quanto ela dá. A terra será assim



de todos ou de ninguém e os frutos de quem os apanhar, tal como os animais silvestres. Nem num, nem noutra caso o esforço humano se empregou para produzir riqueza, e só este parece conferir o direito de propriedade.

Saem duas ou mais mulheres de famílias diferentes — toma-se aqui família no sentido de família nuclear e extensa — a buscar frutos ao mato. O que cada uma delas colhe não se junta em monte, de que todos tirem parte igual; é *seu* e só distribui, se quer, por parentes ou vizinhos necessitados o que lhe apetece. E mais: nem o marido comunga na posse da referida colheita; virá a partilhar dela com a parte que a mulher lhe der. É claro que, habitualmente, velhos inoperosos, doentes e menos afortunados na busca recebem o *quantum satis* para aguentar a vida. Não se trata, neste caso, essencialmente de generosidade mas de costume, que terá, na origem, o conhecimento exacto de que o que hoje é novo amanhã é velho, e, se sadio, depois doente, e de que a sorte nem a todos bafeja permanentemente. *Do ut des*, e deste modo o indivíduo garante a sua sobrevivência e a do grupo.

Paralelamente, o caçador é o principal dono da peça que abateu, pertence-lhe a parte de leão. Se a vítima é um bambi, de pequeno que é, nem o divide, às vezes, com os companheiros do bando, limitando-se a partilhar com eles, apenas, algum bocado, depois de cozido ou assado. Se de antílope corpulento se trata, a divisão varia com os lugares: nos *Vakwankala* do Mutunu (Mulemba) pertence ao que o prostrou *uma perna, o peito, pescoço e cabeça*; nos de Ondova (Cafima) toma para si *lombo, peito, perna e cabeça*; entre os *Vassekele* o caçador fica com as duas pernas de trás. A repartição do que fica é ainda complicada: tem de atender-se a relações de parentesco e a várias interdições ou tabus. Em Ondova, por exemplo, as mulheres não comem os pulmões nem o sangue do peito; os moços abstêm-se de comer o lombo e o tutano dos ossos das canelas e dos antebraços, no receio de que venham a magoar-se nos troncos das árvores, quando na perseguição da caça, o que já pouco importa aos velhos... E ao caçador é interdito ingerir carne do pescoço e das omoplatas, não lhe vão fugir depois os animais. Entenda-se que esta distribuição não se obtém sem trabalho; vão os homens todos no rasto do animal ferido que,

em regra, morre longe e são eles também que o esquartejam e o trazem para o acampamento.

Tal como a mulher é a verdadeira dona dos vegetais que reúne, assim o marido dispõe da carne que lhe compete; dá, se quer, à companheira uma parte, no geral a menor, e cozinha o resto para si, e, se é a mulher a preparar o acepipe, pertence do mesmo modo ao marido o melhor quinhão. Pude observar, uma vez, na mulola Mutunu, que um chefe de família assou uma cabeça de palanca que lhe tínhamos dado e comeu-a toda; só os filhos petiscaram algo, chegando-se ao pai durante o repasto. Vem a propósito dizer que as crianças são os únicos seres verdadeiramente felizes nestes grupos errantes. Liberdade absoluta, delicado affecto de pais e estima de todos. Não se lhes acaba nunca de comer, já que todas as mãos se abrem para lhes matar a fome.

Antes de conhecermos estes usos, repartíamos carne, tabaco ou quaisquer outros alimentos só pelos chefes de família... mas logo se seguia procissão de mulheres, com as mãos ambas estendidas, em atitude de súplica. Objectávamos que tínhamos contado com elas na dádiva aos maridos, mas respondiam-nos, prontamente, que isso *era deles...* Com o mel, também colhido pelos homens, parece que a partilha é mais generosa. No Chingado (Cafima) acontece até que o entregam às mulheres, sendo estas quem o reparte, quando muito, pela outra gente carecida do grupo.

Onde, porém, a propriedade individual toma feição perfeitamente definida e nem leves assomos de colectivismo se pressentem é em relação aos objectos móveis de uso diário: vestuário, adornos, armas e utensílios. O que cada um usa é *seu* e não dei por que fosse sequer frequente o empréstimo. Os objectos são um como prolongamento do seu possuidor, algo de si e a si idêntico; e tanto para o próprio como para a comunidade em que vive <sup>(1)</sup>. E tão pessoais são tais objectos que, morto o seu dono, vão, em parte, a enterrar com ele ou são destruídos. A panela em que se fazia de comer para a criança

(1) Esta consciência de posse e o valor affectivo que as coisas tomam para o seu possuidor são fenómenos psíquicos igualmente verificáveis nas sociedades ditas civilizadas: o canivete, a caneta, a carteira são quase tão nossos como o nosso corpo e o affecto que lhes temos torna-os, de algum modo, uma «extensão da personalidade».



é quebrada sobre o seu túmulo, rasgados vestuário e peles, e lançados para o mato (Tchimbundumutua, Evale); no Chingado (Cafima), com as peles, vai para a sepultura um arco sem corda e pedaços de uma cabaça que se desfaz. Convém, contudo, assinalar que não se enterra o que é novo, o que foi pouco utilizado ou o não foi. E a tendência é a de enterrar cada vez menos o que tem valia. Na maior parte dos grupos já hoje se salvam os principais utensílios, que passam à posse dos herdeiros qualificados, de acordo com a estrutura social do grupo. Como nas comunidades bochimanas o sistema patrilinear de parentesco sofre actualmente grande influência do matrilinearismo banto, filhos e sobrinhos uterinos são os principais herdeiros; e até as viúvas ficam por vzees com a sua parte, sobretudo por dádiva generosa dos legítimos herdeiros.

Os que com profundidade se têm dedicado ao estudo da mentalidade primitiva, como LÉVY-BRUHL e THURNWALD, atribuem este forte direito de posse e o respeito de todos por ele ao facto de serem os proprietários os próprios inventores e fabricantes dos objectos referidos. A isso se juntam certas relações mágicas e místicas entre o possuidor e a coisa possuída: esta é inseparável do indivíduo, uma pertença dele, é ele próprio, e daí o enterrar-se ou destruir-se, não vá o morto molestar os que dela posteriormente usem.

Na sociedade bochimane de hoje já se não pode observar a expressão integral destes conceitos e crenças. Há pouco vimos que nem tudo se sepulta ou destrói e, ainda, por outro lado, os mais dos utensílios saem das mãos de artífices, que os não utilizam, ou provêm de permuta; e não falta, igualmente, quem se desfaça deles a troco de outros, de alimentos ou de misangas. São culturas em evolução em que o velho se perde ou se transforma e o novo vai irremediavelmente surgindo.

Este *meu* e este *teu*, que com tanto vigor se afirmam na tenência de objectos de uso diário, implantam-se mesmo no seio da economia doméstica. O que é do homem não é da mulher e nem aquele ou esta têm o poder de alienar seja o que for que lhes não pertença. Na tentativa de aquisição de espécimenes de museu, a que me entreguei, se a mão me caía sobre coisa que era de um cônjuge e eu falava com o outro, logo este me replicava que *era da mulher* e vice-versa. É o que se pode chamar *um casamento com separação de bens*.

A pobreza técnica que caracteriza a civilização material bochimane não consente que seja abundante e variada a riqueza mobiliária. O casal leva, de uma só vez, de um sítio para outro, tudo quanto tem: o que mais pesa é ainda o filho de meses que se carrega no dorso. O homem possui arco e flechas, vara de gancho para lebres, machado, punhal, bolsa de tabaco, aparelho de lume, bolsa de pele para viagens e alguma cabaça para água; a mulher, pau de escavar, almofariz e pilão, panela de barro e algumas cabaças. Uma pele sobre que dormia um casal de Ondova pertencia ao homem, e na Chimbaranda do Dirico a manta que envolvia os cônjuges era, igualmente, do marido. É o caso de se dizer que nem no casamento *se juntam os trapos...*

Consinta-se-me, agora, uma pequena divagação quase a propósito: uma sociedade sem pastoreio nem agricultura, com indústria tão rudimentar como a das idades líticas, vivendo livremente na Natureza, e dos animais bravios e frutos espontâneos dela; uma sociedade sem classes nem Estado, sem Governo, ia dizer sem chefe, sem senhores e servos, exploradores e explorados. Um mundo aparentemente ideal para nele implantarem os seus sonhos todos os grandes criadores dos mitos sociais. HESÍODO (séc. VIII a. C.) não teria de alongar o seu «Século de Ouro» ao tempo de Cronos, nem de situá-lo num país de quimera do mar-oceano, nos confins da terra e sobre Ilhas Afortunadas... E o mesmo para Cínicos e Estoicos gregos e romanos, ANTÍSTENES (séc. V a. C.) e SÉNECA (4-65 p. C) e todos os discípulos do último, de SANTO ISIDORO DE SEVILHA (636) aos Humanistas do Renascimento e destes ao romântico ROUSSEAU.

Um mundo aparentemente ideal e não contaminado das artes mágicas que o Diabo trouxe para corromper o homem naturalmente bom — as artes da agricultura e da metalurgia... Que estranha desilusão não sofreriam estes homens oprimidos pelas injustiças sociais do seu tempo, se viessem a saber que povos, como os Bochimanes, não são felizes, que mais do que os seus concidadãos os afronta constantemente o espectro da fome e outras calamidades sociais... É que os filósofos antigos e seus discípulos conceberam uma Natureza mãe, desentranhando-se fartamente em frutos, que o homem recebia às mãos-cheias, sem esforço e sem canseiras... e aquela onde vaga-



bundeiam hordas, como as bochimanes, é muito de outro modo: água, escassa, frutos, poucos, e a existência destes sempre dependente da inconstância das chuvas; caça ou abundante ou rara, mas distante e movediça... Uma batalha contínua para não morrer de fome ou de sede. E, mesmo sem senhores e escravos, não faltam inveja, egoísmo e maldade nestes agregados primitivos.

E o que mais os surpreenderia, e trago para aqui também os socialistas utópicos ou revolucionários do séc. XIX, a FAURE e a PROUDHON, a ENGELS e a MARX, é que, em grupos sociais deste género, nem tudo é de todos e nem tampouco neles predomina um regime económico comunitário. É o ruir de um dos apoios históricos do evolucionismo sociológico, fundado sobre uma insuficiente experiência do real. O erro é, no entanto, compreensível e, sobre ser lógico, era sedutor... Por que não o comunismo integral em populações como a bochimane? Nada mais razoável do que admitir que um pequeno grupo errante colhesse e dividisse, por fracções iguais, o produto do seu trabalho. A realidade é, porém, muito outra, como se viu, e nem por isso menos explicável e lógica: a aptidão, o zelo, o esforço individual têm sempre uma compensação relevante: come mais e melhor quem mais e melhor trabalha, mas não de modo tão desigual que venham a sucumbir os que menos valem. E queria que aqui se acabasse a divagação.

Em resumo e concluindo: terra de todos e de ninguém, nenhuma participação colectiva nos objectos e utensílios de uso diário e pessoal, a par com distribuição voluntária, segundo as necessidades de cada grupo familiar, de produtos alimentares sobrantes. Por outras palavras: uma propriedade individual de base a que se segue uma repartição que melhor se classificará de solidariedade *necessária* — moralmente obrigatória, mas de modo nenhum coercitiva — do que de prática comunitária. E já se viu porquê: a sorte que favoreceu este, logo está do lado daquele, a saúde de um momento para o outro se converte em doença, e a velhice a todos ameaça; enfim, quem hoje dá, amanhã recebe. E, com tudo isso concorrendo, ainda humana simpatia e os laços poderosos do sangue numa sociedade em que quase todos são *família*.



## RÉSUMÉ

*La propriété chez les Bochimanes d'Angola.* Les Bochimanes !khû d'Angola, qui vivent de cueillette et de chasse, utilisent des techniques très primitives, ne construisent pas de maisons et ne possèdent qu'un tout petit nombre d'ustensiles. On ne peut même pas dire qu'ils possèdent collectivement la terre qu'ils parcourent, puisqu'ils ne prétendent à aucun droit exclusif sur elle. Ce que chaque femme récolte est sa propriété et c'est volontairement qu'elle en distribue une partie dans l'espoir de recevoir à son tour. Une telle attitude se manifeste même à l'égard du mari qui dispose lui aussi librement de sa viande. Quant aux vêtements, aux armes et aux ustensiles, ils sont jalousement possédés par chacun et le suivent en partie dans la mort, certains étant enterrés avec lui. Il n'y a donc aucune amorce de communitarisme, même au sein de la famille conjugale. On est bien loin du communisme intégral imaginé par les sociologues du siècle passé pour les sociétés dites primitives. Il s'agit en somme d'un *do ut des* en ce qui concerne la répartition des biens de consommation et d'une propriété individuelle exclusive en ce qui concerne les ustensiles d'usage journalier.